



Demonstrações Contábeis

2024

Aqui você confere os indicadores de resultados da Companhia Hidrelétrica Teles Pires S. A.

BALANÇOS PATRIMONIAIS

EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024, 2023 E 01 DE JANEIRO DE 2023
Em milhares de Reais

ATIVO	Nota	REAPRESENTADO		
		2024	2023	01/01/2023
CIRCULANTE				
Caixa e equivalentes de caixa	4	151.055	87.923	149.781
Clientes	6	107.555	153.546	149.964
Tributos a recuperar	7	70.258	21.598	16.248
Outros ativos circulantes		3.037	5.484	5.447
		331.905	268.551	321.440
NÃO CIRCULANTE REALIZÁVEL A LONGO PRAZO				
Títulos e valores mobiliários	5	53.500	45.417	41.172
Tributos diferidos	8	469.372	465.006	436.541
Depósitos judiciais		62.509	60.400	56.819
		585.381	570.823	534.532
Imobilizado	9	3.495.324	3.651.487	3.810.448
Intangível	10	138.785	144.930	155.766
		3.634.109	3.796.417	3.966.214
Total do ativo		4.551.395	4.635.791	4.822.186
PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO				
CIRCULANTE				
Fornecedores	11	57.854	72.506	73.540
Empréstimos e financiamentos	13	188.565	187.961	186.645
Tributos a recolher	7	65.975	9.250	6.921
Encargos setoriais	12	15.722	5.904	8.550
Concessões a pagar - Uso do bem público	14	14.917	15.084	14.191
Provisões ambientais		24.552	36.275	23.302
Outros passivos circulantes		8.694	8.126	10.731
		376.279	335.106	323.880
NÃO CIRCULANTE				
Empréstimos e financiamentos	13	1.813.159	1.977.666	2.136.162
Encargos setoriais	12	19.787	15.535	11.341
Concessões a pagar - Uso do bem público	14	176.251	175.109	172.593
Provisões para litígios	15	127.354	123.793	134.919
Ressarcimento às Distribuidoras - Acordo com a ANEEL	2.5.1	527.019	506.743	480.068
Outros passivos não circulantes		1.319	1.398	1.391
		2.664.889	2.800.244	2.936.474
PATRIMÔNIO LÍQUIDO				
Capital social	16	2.486.901	2.486.901	2.486.901
Prejuízos acumulados		(976.674)	(986.460)	(925.069)
		1.510.227	1.500.441	1.561.832
Total do passivo e do patrimônio líquido		4.551.395	4.635.791	4.822.186

As notas explicativas são parte das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO ABRANGENTE DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 E 2023 Em milhares de Reais

	Nota	REAPRESENTADO	
		2024	2023
Lucro (Prejuízo) líquido do exercício		9.785	(61.389)
Resultado abrangente do exercício		9.785	(61.389)

As notas explicativas são parte das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 E 2023 Em milhares de Reais

	Capital Social	Prejuízos Acumulados	Patrimônio Líquido Total	
			2024	2023
Saldo em 31 de dezembro de 2022	2.486.901	(608.224)	1.878.677	
Ajuste de representação (Nota Explicativa 2.5)	-	(316.845)	(316.845)	
Saldo em 01 de janeiro de 2023 (reapresentado)	2.486.901	(925.069)	1.561.832	
Prejuízo do exercício (reapresentado)	-	(61.389)	(61.389)	
Saldo em 31 de dezembro de 2023 (reapresentado)	2.486.901	(986.458)	1.500.441	
Lucro líquido do exercício	-	9.785	9.785	
Saldo em 31 de dezembro de 2024	2.486.901	(979.674)	1.510.227	

As notas explicativas são parte das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 E 2023 Em milhares de Reais

	Nota	REAPRESENTADO	
		2024	2023
Receita operacional líquida	17	898.495	904.750
Custos operacionais	18	(624.784)	(729.636)
RESULTADO BRUTO		273.711	175.114
Despesas operacionais	18	(35.431)	(15.945)
RESULTADO OPERACIONAL ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO		238.280	159.169
Resultado financeiro	19	(229.173)	(249.024)
LUCRO (PREJUÍZO) OPERACIONAL		9.107	(89.855)
LUCRO OPERACIONAL (PREJUÍZO) ANTES DOS TRIBUTOS		9.107	(89.855)
TRIBUTOS SOBRE O LUCRO	7	678	28.466
CORRENTE		(3.687)	-
DIFERIDO		4.365	28.466
LUCRO (PREJUÍZO) LÍQUIDO DO EXERCÍCIO		9.785	(61.389)

As notas explicativas são parte das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA DOS EXERCÍCIOS FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 E 2023 Em milhares de Reais

	Nota	REAPRESENTADO	
		2024	2023
Resultado do exercício		9.786	(61.389)
Ajustes para reconciliar o Lucro com o caixa gerado das operações			
Depreciação e amortização	9/10	171.198	175.278
Encargos financeiros	19	243.209	357.362
Ressarcimento às distribuidoras		-	(19.263)
Receitas Financeiras	19	(5.162)	(4.245)
Provisões (reversões) operacionais		1.441	-
Outros		(27.117)	(59.028)
		393.355	388.715
(Acréscimos)/decrescimos nos ativos operacionais			
Clientes	6	45.991	(3.582)
Impostos a recuperar	7	(53.026)	(33.818)
Outros		2.447	(2.642)
		(4.588)	(40.042)
(Acréscimos)/decrescimos nos passivos operacionais			
Fornecedores	11	(14.652)	(1.034)
Encargos setoriais		14.070	1.549
Tributos e encargos		56.726	2.329
Outros		(36)	(34.291)
		56.108	(31.447)
Pagamentos de encargos financeiros		(156.553)	(179.845)
Pagamento de litígios		(12.324)	-
Cauções e depósitos vinculados		(2.109)	(3.581)
		(170.986)	(183.426)
Caixa líquido proveniente das atividades operacionais		273.889	133.799
ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO			
Pagamento de empréstimos e financiamentos - Principal	13	(187.660)	(179.746)
Pagamento UB	14	(11.718)	(11.191)
Caixa líquido proveniente das (usado nas) atividades de financiamento		(199.378)	(190.937)
ATIVIDADES DE INVESTIMENTO			
Aquisição de ativo imobilizado	9	(8.744)	(5.286)
Aquisição de ativo intangível	10	(145)	(195)
Aplicações/ Resgates financeiros (TVM)	5	(2.490)	761
Caixa líquido proveniente das (usado nas) atividades de investimento		(11.379)	(4.720)
Acréscimo (redução) no caixa e equivalente de caixa			
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício		87.923	149.781
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício		151.055	87.923

As notas explicativas são parte das demonstrações financeiras.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS DO EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma

NOTA 1 - CONTEXTO OPERACIONAL

A Companhia Hidrelétrica Teles Pires ("Companhia" ou "CHTP") é uma sociedade anônima constituída em 18 de novembro de 2011, com sede na Cidade e Estado do Rio de Janeiro.

Esta Companhia foi criada com um propósito de participar, estudar, planejar, investir e operar direta ou indiretamente na implantação do projeto, construção, operação e gestão da Usina Hidrelétrica Teles Pires, localizada no Rio Teles Pires, entre os Estados do Pará e Mato Grosso. A usina possui potência instalada de 1.820 MW.

Em 30 de novembro de 2022, por meio da Portaria nº 709, o Ministério de Minas e Energia definiu o novo montante de garantia física da Usina Hidrelétrica Teles Pires, que passou de 939,4 MWm para 964,2 MWm. Esta alteração é oriunda do processo de Revisão Ordinária de Garantia Física de Energia das Usinas Hidrelétricas que será válida a partir de 1º de janeiro de 2023.

Conforme Contrato de Concessão, o início de entrega da energia elétrica a ser produzida pela Usina Hidrelétrica Teles Pires e comercializada por ela ocorreu em maio de 2015. A energia assegurada é negociada na seguinte proporção:

- 65% no Ambiente de Contratação Regulado ("ACR") através de Contratos de Comercialização de Energia no Ambiente Regulado ("CCEAR"), ao preço de R\$ 123,67 por MW/h referenciado em dezembro de 2023, atualizado anualmente pela variação do Índice de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA.
- 35% são atualmente destinados à comercialização no Ambiente de Contratação Livre ("ACL"), através de Contratos de Comercialização de Energia no Ambiente Livre ("CCEAL").

A Companhia possui capital circulante líquido negativo de R\$ 44.374 (negativo de R\$ 66.555 em 31 de dezembro de 2023). No mesmo exercício, o Patrimônio Líquido totalizou R\$ 1.510.227 (R\$ 1.500.441 em 31 de dezembro de 2023) e o lucro líquido do exercício findo em 31 de dezembro de 2024 foi de R\$ 9.785 (prejuízo de R\$ 61.389 em 31 de dezembro de 2023).

A Companhia conta com geração de caixa futura proveniente de contratos firmes de vendas de energia de longo prazo, bem como o suporte financeiro de seus acionistas, fatores considerados suficientes para garantir a continuidade operacional. Conforme previsto no plano de negócio, a Companhia projeta gerar recursos suficientes em exercícios futuros para a manutenção de suas atividades, bem como de lucro tributável suficiente para a realização do ativo fiscal diferido (Nota Explicativa 8).

A emissão dessas demonstrações financeiras foi aprovada pelo Conselho de Administração em 28 de abril de 2025.

NOTA 2 - BASE DE ELABORAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

2.1. Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil incluindo os pronunciamentos, interpretações e orientações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações contábeis, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela administração na sua gestão.

2.2. Base de preparação de mensuração

A preparação das demonstrações contábeis, requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e, também, o exercício de julgamento por parte da administração, no processo de aplicação das práticas contábeis da Companhia, as quais são apresentadas nas respectivas notas explicativas que tratam dos temas de suas aplicações. Aquelas transações, divulgações ou saldos que requerem maior nível de julgamento, que possuem maior complexidade e para as quais premissas e estimativas são significativas, estão listadas na nota 3 e são detalhadas nas respectivas notas explicativas.

As demonstrações financeiras foram elaboradas com base no custo histórico, exceto por determinados instrumentos financeiros mensurados pelos seus valores justos.

2.3. Moeda funcional e de apresentação das demonstrações financeiras

Essas demonstrações financeiras são apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Companhia. As demonstrações financeiras são apresentadas em milhares de reais, arredondadas para o número mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

2.4 Principais políticas contábeis

As principais políticas contábeis aplicadas na preparação destas demonstrações financeiras estão apresentadas nas respectivas notas explicativas. Essas práticas vêm sendo aplicadas de modo consistente em todos os exercícios apresentados.

2.4.1 Novas normas e interpretações não vigentes

As emissões/alterações abaixo de normas IFRS efetuadas pelo IASB que são efetivas para o exercício iniciado em 2024 não impactaram as demonstrações financeiras da Companhia:

Tabela 9 - Novas normas e interpretações vigentes

Norma Revisada	Alteração	Aplicável a partir
IAS 1/ CPC 26: Apresentação das Demonstrações Financeiras	As emendas definem os requisitos para classificar e divulgar passivos com cláusulas de covenants que não circulantes. Além disso, apenas os covenants que devem ser cumpridos antes ou no final do período de reporte influenciam essa classificação.	01/01/2024, aplicação retrospectiva
IAS 7/ CPC 3: Demonstração dos Fluxos de Caixa e IFRS 7/CPC 40 - Instrumentos Financeiros	Novos requisitos de divulgação para operações de Risco Sacado (Reverse Factoring). As emendas exigem que o vendedor-arrendatário mensure o passivo de arrendamento resultante da transferência de um ativo, que é reconhecida como receita de venda, e do retro arrendamento (Sale and Leaseback) de modo que não haja reconhecimento de ganho ou perda sobre o direito de uso retido na transação.	01/01/2024, aplicação retrospectiva
IFRS 16/ CPC 6 (R2). Arrendamentos		01/01/2024, aplicação retrospectiva

2.4.2 Novas normas e interpretações não vigentes

Tabela 10 - Novas normas e interpretações não vigentes

Norma Revisada	Alteração	Aplicável a partir
Resolução CVM nº 223/ OCPC 10: Créditos de Carbono (tCO2e), Permissões de emissão (allowances) e Crédito de Descarboxinação (CBIO)	O objetivo desta orientação contábil é estabelecer os requisitos para o reconhecimento, mensuração e divulgação de créditos de carbono (tCO2e), permissões de emissão (allowances) e créditos de descarboxinação (CBIO).	01/01/2025, aplicação retrospectiva
CPC 02/ IAS 21 - Efeitos das mudanças nas taxas de câmbio e conversão de demonstrações contábeis	Falta de Conversibilidade	01/01/2025, aplicação retrospectiva
IFRS 7 (CPC 40): Divulgação de instrumentos financeiros	As emendas estabelecem requerimentos de divulgação relativos a: (i) investimentos em participação societária mensurados a valor justo através dos outros resultados abrangentes, e (ii) instrumentos financeiros com características contingentes que não se relacionam diretamente com empréstimos.	01/01/2026, aplicação retrospectiva
IFRS 9 (CPC 48): Classificação e mensuração de instrumentos financeiros	As emendas estabelecem requerimentos relativos a: (i) liquidação de passivos financeiros por meio de sistema de pagamento eletrônico; e (ii) avaliar as características contratuais do fluxo de caixa dos ativos financeiros.	01/01/2026, aplicação retrospectiva
IFRS 9 (CPC 48) - Instrumentos Financeiros e IFRS 7 (CPC 40): Divulgação de instrumentos financeiros	Classificação e mensuração de instrumentos financeiros e Contratos que tenham como referência energia e cuja geração dependa da natureza	01/01/2026, aplicação retrospectiva
IFRS 18: Apresentação e divulgação das Demonstrações Financeiras	A IFRS 18 introduz três categorias definidas para receitas e despesas - operacionais, de investimento e de financiamento - relacionado a estrutura da demonstração de resultados e exige que as entidades forneçam novos subtópicos. A IFRS 18 também exige que as companhias divulguem explicações sobre medidas de desempenho definidas pela Administração.	01/01/2027, aplicação retrospectiva

A aplicação da IFRS 18 trará reflexos na apresentação na demonstração de resultado e na demonstração dos fluxos de caixa. A Companhia não espera impactos significativos nas demonstrações contábeis, quando da adoção das outras normas, alterações e interpretações contábeis emitidas, que não estão em vigor ou aplicáveis após o exercício de 2024.

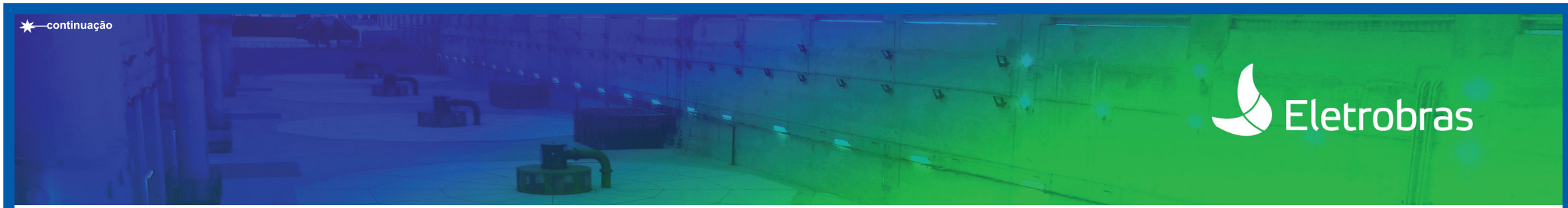
2.5 Reapresentação dos saldos comparativos

Os reflexos desta reapresentação no Balanço Patrimonial, Demonstração do Resultado do Exercício, Demonstração do Resultado Abrangente, Demonstração dos Fluxos de Caixa e Demonstração das mutações do patrimônio líquido, estão apresentados a seguir conforme prevê o CPC 23/IAS 8 - Políticas Contábeis, Mudanças de Estimativas e Retificação de Erro.

2.5.1 Ressarcimento às distribuidoras - acordo com a ANEEL

Entre os anos de 2011 e 2012, a CHTP firmou junto a 27 distribuidoras de eletricidade contratos de compra de energia no ambiente regulado ("CCEAR"), comprometendo-se a entregar as demandas contratadas a partir de janeiro de 2015.





Em decorrência de atrasos na execução da obra, respectivamente atribuídos pela CHTP, não foi possível escoar a produção de eletricidade em volume suficientemente satisfatório às demandas energéticas pactuadas com as 27 distribuidoras. Por causa do atraso no cronograma da obra, as distribuidoras tiveram de adquirir a eletricidade no mercado à vista no período de janeiro a abril de 2015, sujeitando-se a preços superiores aos que haviam pactuado com a CHTP.

Em virtude disso, a CHTP teve de firmar um termo de compromisso ("TC") juntamente à Aneel no qual assumiu a responsabilidade por ressarcir as distribuidoras pelo prejuízo incorrido na aquisição da energia elétrica no mercado à vista o que, sobretudo, implica um ressarcimento aos próprios consumidores de eletricidade porque algumas das distribuidoras repassaram a referida operação na tarifação das contas de eletricidade. O TC foi assinado também no ano de 2015.

Por meio do TC foi estabelecido um mecanismo denominado de conta gráfica, o qual impediu que a CHTP faturasse a energia não entregue e estabeleceu que as distribuidoras também não pagassem por tais valores.

Ato contínuo, por meio da sistemática prevista na conta gráfica, a Câmara de Comercialização de Energia Elétrica ("CCEE") repassará às distribuidoras eventuais exposições positivas da CHTP abatendo mensalmente o valor decorrente do ônus incorrido pelas distribuidoras por terem de adquirir a eletricidade no mercado à vista pela não entrega da CHTP.

O TC estabeleceu de igual modo que a CHTP deverá liquidar o saldo até o ano de 2036. Esse prazo foi ampliado para até 2041 por causa da ampliação do saldo da concessão em virtude da compensação da Geração Fora da Ordem de Mérito ("GFOM"). Dessa maneira, as exposições positivas da CHTP serão alocadas às distribuidoras pela CCEE até 2041, de forma que se ao término do período de concessão remanescer algum saldo em aberto, então a CHTP realizará contratos de compra e venda de demanda energética pelo valor de custo operacional, isto é, sem margens de lucratividade.

Até o exercício de 2023, tal obrigação não era reconhecida no passivo da Companhia, com o argumento de que o saldo da conta gráfica não implicaria para CHTP uma efetiva saída de caixa, mas sim uma limitação na sua volumetria de faturamento e, portanto, geração de receita. Isto é, a conta gráfica representava apenas um mecanismo extracontábil para fins do controle e zerramento da parcela em aberto do ônus decorrente da frustração da entrega de energia contratada pelas distribuidoras; configurando-se um formato de quitação por parte da CHTP que não lhe implicaria pagamentos em favor das distribuidoras, mas, sim, limitações no registro de suas receitas.

No quarto trimestre de 2023, a Eletrobras, por meio da subsidiária Eletronorte, adquiriu o controle da Companhia. No entendimento da Eletrobras, aplicado para a demonstração contábil da CHTP em 2024, o saldo da conta gráfica representa uma obrigação passível de registro no passivo da Companhia, de acordo com o CPC 00 - Estrutura Conceitual para Relatório Financeiro: "O passivo é uma obrigação presente da entidade de transferir um recurso econômico como resultado de eventos passados". Em razão da obrigação presente da CHTP transferir parte de seus recursos econômicos às distribuidoras, via mecanismo da Conta Gráfica, o valor presente das transferências futuras de recursos deve ser reconhecido no passivo da Companhia. A movimentação apresentada a seguir compreende os exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022:

Tabela 11 - Representação Movimento CONSOLIDADO

Saldo em 31 de dezembro de 2022	(480.068)
Atualização monetária	(47.902)
Ressarcimento - efeito redução da receita	21.227
Saldo em 31 de dezembro de 2023	(506.743)

O registro dos saldos impactou os seguintes grupos de contas do Balanço Patrimonial: Tributos Diferidos R\$ 172.293, Ressarcimento às Distribuidoras - Acordo com a ANEEL R\$ 506.743, tributos a recolher R\$ 1.963 e Prejuízo Acumulado R\$ 336.414 com efeitos em 2023 e Tributos sobre o Lucro Diferido R\$ 163.223, Ressarcimento às Distribuidoras - Acordo com a ANEEL R\$ 480.068 e Prejuízo Acumulado R\$ 316.845 em 31/12/2022.

BALANÇOS PATRIMONIAIS APÓS AJUSTES REFERENTES AO RESSARCIMENTO ÀS DISTRIBUIDORAS

Tabela 12 - Reapresentação BP

	01/01/2023		01/01/2023		31/12/2023		31/12/2023	
	Anterior	Ajuste	Reapresentado	Anterior	Ajuste	Reapresentado		
Ativo								
Circulante								
Outros Ativos	321.440	-	321.440	268.552	-	268.552		
Total do circulante	321.440	-	321.440	268.552	-	268.552		
Não circulante								
Tributos sobre o lucro diferidos	273.317	163.223	436.541	292.714	172.293	465.005		
Outros Ativos	4.064.204	-	4.064.205	3.902.233	-	3.902.233		
Total do não circulante	4.337.521	163.223	4.500.745	4.194.946	172.293	4.367.238		
Total do Ativo	4.658.961	163.223	4.822.185	4.463.498	172.293	4.635.790		
Passivo								
Circulante								
Outros Passivos	323.880	-	323.880	333.141	-	333.141		
Total do passivo	323.880	-	323.880	333.141	-	333.141		
Não circulante								
Ressarcimento às Distribuidoras - Acordo com a ANEEL	-	480.068	480.068	-	506.743	506.743		
Outros tributos a recolher	-	-	-	7.287	1.963	9.250		
Outros passivos não circulantes	2.456.405	-	2.456.405	2.286.214	-	2.286.214		
Total do passivo	2.456.405	480.068	2.936.473	2.293.501	508.706	2.802.207		
Patrimônio líquido								
Capital	2.486.901	-	2.486.901	2.486.901	-	2.486.901		
Prejuízos acumulados	(608.224)	(316.845)	(925.069)	(650.045)	(336.414)	(986.459)		
Total do patrimônio líquido	1.878.677	(316.845)	1.561.832	1.836.856	(336.414)	1.500.442		
Total do passivo e do patrimônio líquido	4.658.962	163.223	4.822.185	4.463.498	172.292	4.635.790		

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DO EXERCÍCIO APÓS AJUSTES REFERENTES AO RESSARCIMENTO ÀS DISTRIBUIDORAS

Tabela 13 - Reapresentação DRE

	2023		Ajuste		Reapresentado	
	2023	Ajuste	2023	Ajuste	2023	Ajuste
Receita operacional líquida	885.487	19.263	904.750			
Custos operacionais	(729.637)	-	(729.637)			
RESULTADO BRUTO	155.851	19.263	175.114			
Despesas operacionais	(15.945)	-	(15.945)			
RESULTADO OPERACIONAL ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO	139.906	19.263	159.169			
Resultado financeiro	(201.123)	(47.902)	(249.025)			
LUCRO OPERACIONAL	(61.217)	(28.639)	(89.855)			
PREJUÍZO OPERACIONAL ANTES DOS TRIBUTOS	(61.217)	(28.639)	(89.855)			
TRIBUTOS SOBRE O LUCRO	19.396	9.070	28.466			
CORRENTE	-	-	-			
DIFERIDO	19.396	9.070	28.466			
PREJUÍZO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	(41.820)	(19.569)	(61.389)			
ATRIBUÍVEIS AOS:						
PARCELA ATRIBUÍDA AOS CONTROLADORES	(41.820)	(19.569)	(61.389)			
PARCELA ATRIBUÍDA AOS NÃO CONTROLADORES	-	-	-			

* O ajuste referente a Receita operacional líquida refere-se a R\$ 21.227 deduzidos dos tributos aplicáveis de R\$ 1.964, que totaliza R\$ 19.263.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE APÓS AJUSTES REFERENTES AO RESSARCIMENTO ÀS DISTRIBUIDORAS

Tabela 16 - Reapresentação DRA

	2023		Ajuste		Reapresentado	
	Anterior	Ajuste	Reapresentado	Anterior	Ajuste	Reapresentado
Resultado líquido do exercício	(41.820)	(19.569)	(61.389)			
Resultado abrangente do exercício	(41.820)	(19.569)	(61.389)			

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA APÓS AJUSTES REFERENTES AO RESSARCIMENTO ÀS DISTRIBUIDORAS

Tabela 15 - Reapresentação Fluxos de caixa

	2023		Ajuste		Reapresentado	
	Anterior	Ajuste	Reapresentado	Anterior	Ajuste	Reapresentado
Resultado do exercício	(41.820)	(19.569)	(61.389)			
Encargos financeiros	309.460	47.902	357.362			
Ressarcimento às distribuidoras	-	(19.263)	(19.263)			
Outros	112.005	-	112.005			
Total de ajustes para reconciliar o Lucro com o caixa gerado das operações	379.645	(9.070)	388.715			
(Acréscimos)/decréscimos nos ativos operacionais						
Clientes	(3.582)	-	(3.582)			
Impostos a recuperar	(24.748)	9.070	(33.818)			
Outros	(2.642)	-	(2.642)			
(Acréscimos)/decréscimos nos passivos operacionais	(30.972)	(9.070)	(40.042)			
Outros	(34.291)	-	(34.291)			
Demais itens referentes a passivo	2.844	-	2.844			
Demais itens operacionais	(183.426)	-	(183.426)			
Caixa líquido proveniente das atividades operacionais	133.799	-	133.799			
ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO						
Caixa líquido usado nas atividades de financiamento	(190.937)	-	(190.937)			
ATIVIDADES DE INVESTIMENTO						
Caixa líquido usado nas atividades de investimento	(4.720)	-	(4.720)			
Redução no caixa e equivalente de caixa	(61.858)	-	(61.859)			
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	149.781	-	149.781			
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício	87.923	-	87.923			

NOTA 3 - ESTIMATIVAS E JULGAMENTOS CONTÁBEIS

Na aplicação das práticas contábeis, a Administração da Companhia utiliza de julgamentos e estimativas relacionados aos valores contábeis de receitas, despesas, ativos e passivos, bem como as divulgações nas notas explicativas. As estimativas e suas premissas são baseadas na experiência histórica e em outros fatores considerados pertinentes, sendo constantemente revisadas. Os efeitos das revisões são reconhecidos contabilmente no exercício em que as alterações ocorrem.

Ainda que estas estimativas e premissas sejam permanentemente monitoradas e revistas pela Administração da Companhia, a materialização sobre o valor contábil de receitas, despesas, ativos e passivos são inerentemente incertas, por decorrer do uso de julgamento. Como consequência, a Companhia pode sofrer efeitos em decorrência de imprecisão nestas estimativas e julgamentos que sejam substanciais em exercícios futuros, que podem ter efeito material adverso na sua condição financeira, no resultado de suas atividades e/ou nos seus fluxos de caixa.

A seguir, listamos as estimativas contábeis avaliadas como as mais críticas pela Administração da Companhia, estando o seu detalhamento dentro de cada nota explicativa:

Tabela 16 - Estimativas e Julgamentos

Nº	Nota	Estimativas e julgamentos significativos
2,6	Ressarcimento às distribuidoras	Estimativa dos valores a serem desembolsados via mecanismo de contas gráficas.
6	Clientes	Avaliação de perda de crédito esperada
8	Imposto de renda e contribuição social diferidos - ativo	Realização de créditos tributários com base nas estimativas de lucros tributáveis futuros
15	Provisões para litígios e passivos contingentes	Estimativas de perdas em processos judiciais

NOTA 4 - CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

O caixa e equivalentes de caixa incluem numerários em espécie, depósitos bancários e aplicações financeiras que atendem à definição de equivalentes de caixa. Os saldos dessa rubrica, conforme registrado na demonstração dos fluxos de caixa, podem ser conciliados com os respectivos itens do balanço patrimonial, como demonstrado a seguir:

Tabela 18 - Caixa e equivalentes de Caixa

	2024	2023
Caixa e Bancos	3.175	44
Aplicações Financeiras	147.880	87.879
	151.055	87.923

A remuneração média dessas carteiras é de aproximadamente 100% do CDI em 31 de dezembro de 2024 e 2023.

Prática contábil

O caixa compreende o numerário em espécie e os depósitos bancários disponíveis. Os equivalentes de caixa compreendem as aplicações financeiras com vencimento em até 90 dias, a contar da data de aquisição, de alta liquidez, que são prontamente convertíveis em montante conhecido de caixa e que estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor.

NOTA 5 - TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS

Tabela 17 - Títulos e Valores Mobiliários

	2024	2023
Fundos de investimento	53.500	45.417
Total	53.500	45.417

A Companhia mantém o valor aplicado no Banco do Brasil com objetivo de atender as obrigações contratuais do empréstimo junto ao BNDES e de repasse junto ao Banco do Brasil. Os recursos depositados em garantia somente serão resgatados após o vencimento dos contratos. A remuneração média é de 100% CDI.

A Companhia mantém em seu ativo não circulante em consonância com o Pronunciamento Técnico CPC 26 (R1) - Apresentação das Demonstrações Contábeis, considerando o ciclo operacional da Companhia e a ausência da necessidade de liquidação desses ativos para o cumprimento das obrigações garantidas dentro do período de até doze meses após a data do balanço patrimonial. Deste modo os referidos TVM foram classificados no ativo não circulante.

Os títulos de valores mobiliários mencionados nesta nota explicativa têm por expectativa garantir o cumprimento de obrigações da Companhia.

Prática contábil

São registrados em títulos e valores mobiliários, as aplicações financeiras que não se caracterizam como caixa e equivalentes de caixa, vide a nota 4.

A Companhia mensura seus títulos e valores mobiliários a valor justo, registrando as variações em contrapartida ao resultado.

NOTA 6 - CLIENTES

Tabela 19 - Clientes

	2024		2023	
	A vencer	Total	Total	Total
Circulante	-	-	-	-
Suprimento	107.555	107.555	110.095	110.095
Outros	-	-	-	43.451
	107.555	107.555	110.095	153.546

A Companhia não possui saldos de clientes vencidos em 31 de dezembro de 2024.

Suprimento de energia

O saldo de contas a receber de Suprimento de energia elétrica compreende os recebíveis oriundos da venda de energia.

O Contas a receber são ativos financeiros mensurados ao custo amortizado e são reconhecidos quando o recebimento do valor da contraprestação seja incondicional.

Prática contábil

As contas a receber de clientes são registradas inicialmente pelo preço da transação e, subsequentemente, pelos juros e correção monetária contratuais menos os valores recebidos.

Estimativas e julgamentos críticos

A Companhia não possui histórico de inadimplência e considerando as garantias oferecidas nos leilões e/ou contratos bilaterais, a exposição do risco de crédito é residual. Dadas essas características, o nível de constituição das perdas esperadas não é relevante para essa classe de recebíveis. Além disso, a CCEE controla o montante de contas a receber e respectivas inadimplências do setor, reduzindo o risco de crédito nessas operações.

NOTA 7 - IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES

Tabela 20 - Impostos e contribuições - Circulante

	2024		2023	
	Ativo Circulante	Passivo Circulante	Ativo Circulante	Passivo Circulante
IRPF/CSRF	17.781	-	15.204	-
IR/CS	-	-	-	3.687
PIS/COFINS	52.248	6.333	58.403	5.853
ICMS	229	61	1.446	1.140
Outros	-	-	2.440	2.257
	70.258	21.598	65.976	9.250

NOTA 8 - IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

Os tributos sobre o lucro correntes e diferidos são representados pelo Imposto de Renda ("IRPJ") e pela Contribuição Social sobre o Lucro Líquido ("CSLL"), e são calculados com base na alíquota de 34% sobre o lucro antes dos impostos (IRPJ -25% e CSLL -9%), e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de CSLL, limitada a 30% do lucro real do período.

8.1 Composição do imposto de renda e contribuição social diferidos

Tabela 21 - IR e CSLL diferidos

	REAPRESENTADO		REAPRESENTADO	
	2024	2023	01/01/2023	01/01/2023
Ativo não circulante	-	-	-	-
Imposto de Renda	346.201	341.806	320.911	320.911
Contribuição Social	123.171	123.200	115.630	115.630
	469.372	465.006	436.541	436.541

8.2 Composição do imposto de renda e contribuição social diferidos não circulante

Tabela 22 - Composição IRPJ e CSLL

	REAPRESENTADO		REAPRESENTADO	
	20			

NOTA 10 - INTANGÍVEL

Tabela 26 - Mutação do intangível - corrente

	Software	Uso do Bem Público(1)	Intangível em curso	Outros	Total
Taxa média de amortização a.a. (%)	20	3,13% - 3,85%	—	20	—
Custo	226	189.586	1	25.077	214.890
Amortização Acumulada	(49)	(44.834)	—	(25.079)	(69.960)
Saldo em 31 de dezembro de 2023	177	144.752	1	—	144.930
Adições	—	—	145	—	145
Amortizações	(45)	(6.245)	—	—	(6.290)
Saldo em 31 de dezembro de 2024	132	138.507	146	—	138.785
Custo	226	189.586	146	25.077	215.035
Amortização Acumulada	(94)	(51.079)	—	(25.077)	(76.250)
Taxa média de amortização a.a. (%)	20	3,13% - 3,85%	—	20	—
Custo	31	189.586	1	25.077	214.695
Amortização Acumulada	(17)	(38.587)	—	(20.325)	(58.929)
Saldo em 31 de dezembro de 2022	14	150.999	1	4.752	155.766
Amortizações	(45)	(6.247)	—	(4.752)	(11.031)
Transferências	195	—	—	—	195
Saldo em 31 de dezembro de 2023	177	144.752	1	—	144.930
Custo	226	189.586	1	25.077	214.890
Amortização Acumulada	(49)	(44.834)	—	(25.077)	(69.960)

(1) Refere-se à ampliação do prazo da concessão, homologada em 2021, como resultado da repactuação do risco hidrológico, conforme estabelecido pela Lei nº 14.052/2020. O período de outorga da UHE Teles Pires foi prorrogado por 235 dias, passando, assim, a expirar em 28 de janeiro de 2047.

Prática contábil

Os ativos intangíveis são mensurados inicialmente ao custo, que inclui todos os gastos diretamente atribuíveis à preparação do ativo para o uso pretendido, ou pelo valor justo dos intangíveis adquiridos em uma combinação de negócio. Após o reconhecimento inicial, a empresa deve manter o ativo reconhecido ao custo menos amortização acumulada e perdas por redução ao valor recuperável, se houver.

A Companhia adota as taxas de amortização determinadas pela ANEEL, considerando que a vida útil estimada pela agência é adequada para seus bens, utilizando as taxas anuais de amortização dos bens vinculados ao setor elétrico estabelecidas no manual de controle patrimonial do setor elétrico (MCPSE). Os bens vinculados às outorgas que não preveem indenização ao término do prazo contratual são amortizados pelo período da concessão ou autorização.

NOTA 11 - FORNECEDORES

Tabela 27 - Fornecedores

	2024	2023
Circulante		
Bens Materiais e Serviços	8.961	3.277
Energia Comprada para Revenda	3.991	24.247
Encargos de uso da rede	44.902	44.982
	57.854	72.506

Prática contábil

As obrigações com os fornecedores da Companhia são reconhecidas pelos valores das transações e liquidadas pelos pagamentos. Não há juros embutidos nessas obrigações.

NOTA 12 - ENCARGOS SETORIAIS

Tabela 28 - Encargos setoriais

	CONSOLIDADO 2024	2023
Circulante		
Pesquisa e Desenvolvimento - P&D e Eficiência Energética - EE	872	992
Compensação pelo Uso de Recursos Hídricos	13.219	3.219
Quota CDE	178	184
FNDCT	547	623
M.M.E.	281	311
Taxa de Fiscalização de Serviços de Energia Elétrica	625	575
	15.722	5.904
Não circulante		
Pesquisa e Desenvolvimento - P&D e Eficiência Energética - EE	19.787	15.535
	3.991	15.535
	35.509	21.439

12.1 Pesquisa e Desenvolvimento - P&D

A Lei nº 9.991/2000 estabelece que as empresas detentoras de concessão para exploração de serviços de energia elétrica são obrigadas a realizar investimentos em pesquisa e desenvolvimento (P&D), visando o aperfeiçoamento tecnológico da atividade, em montante equivalente a 1% da ROL, sendo: (i) 0,40% em P&D; (ii) 0,40% para o Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (FNDCT); e (iii) 0,20% destinados à Empresa de Pesquisa Energética (EPE).

Por sua vez a ANEEL, com base na Lei nº 14.120/2021 e por meio do despacho nº 904/2021 e da resolução normativa nº 929/2021, determinou o recolhimento à CDE dos valores referentes aos saldos não comprometidos com os passivos dos programas de P&D na data base de 31 de agosto de 2020, bem como estabeleceu recolhimento à CDE de percentual fixo de 30% da obrigação mensal da aplicação dos respectivos programas, ou seja, recolhimento mensal de 0,12% para o CDE, restando para projetos de P&D o percentual de 0,28%.

12.2 Compensação Financeira pelo Uso de Recursos Hídricos - CFURH

A compensação financeira pelo uso dos recursos hídricos para fins de geração de energia elétrica foi instituída pela Constituição Federal de 1988 e trata-se de um percentual de 7% sobre o montante da energia elétrica de origem hidráulica produzida, medida em megawatt-hora, multiplicado pela TAR - tarifa atualizada de referência, fixada pela ANEEL.

Prática contábil

A Companhia reconhece os encargos setoriais como obrigações a recolher, calculados de acordo com a as legislações aplicáveis. Na demonstração de resultados, os encargos setoriais são apresentados na receita operacional líquida.

NOTA 13 - EMPRÉSTIMOS, FINANCIAMENTOS E DEBÊNTURES

A composição dos empréstimos, financiamentos, FIDC e debêntures devidos pela Companhia é divulgada a seguir:

Tabela 29 - Empréstimos, financiamentos e debêntures a pagar

	Taxas médias anuais em 2024 (%)		2024	2023
Moeda Nacional				
Bancos de fomento ¹	7,43	1.008,496	1.090.327	
Mercado bancário ²	6	993,228	1.075.299	
		2.001.724	2.165.627	
Circulante		188.565	187.961	
Não Circulante		1.813.159	1.977.666	
		2.001.724	2.165.627	

¹ O saldo refere-se às operações com o BNDES. ² O saldo refere-se aos empréstimos e financiamentos junto às instituições financeiras. As dívidas da Companhia são compostas por recursos captados através de empréstimos bancários, em Real ("R\$").

13.1 Movimentação dos empréstimos, financiamentos e debêntures

A movimentação apresentada a seguir compreende os períodos findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023.

Tabela 30 - Mutação dos Empréstimos, financiamentos e debêntures a pagar

	2024	2023
Saldo inicial do período	2.165.627	2.322.807
Efeito no fluxo de caixa:		
Captações	1.202	761
Amortizações de principal	(187.661)	(179.845)
Pagamento de encargos de dívida	(156.552)	(175.178)
Efeito não caixa:		
Encargos incorridos	179.108	197.082
Saldo final do exercício	2.001.724	2.165.627

A parcela dos empréstimos, financiamentos e debêntures tem seu vencimento assim programado:

Tabela 31 - Parcela dos empréstimos

	2025	2026	2027	2028	2029	2030	2031	2032 a 2036	Total
Principal	181.894	174.035	175.549	177.186	178.633	180.080	181.207	746.469	1.995.053
Juros	6.671	—	—	—	—	—	—	—	6.671
Total	188.565	174.035	175.549	177.186	178.633	180.080	181.207	746.469	2.001.724

13.2 Obrigações assumidas - Covenants

A Companhia possui cláusulas de covenants em alguns de seus contratos de empréstimos, financiamentos e debêntures. Os principais covenants são referentes a: atendimento de certos índices financeiros (Dívida Líquida sobre EBITDA, Índice de Cobertura do Serviço da Dívida - ICSD, entre outros), existência de garantias corporativas, requisitos para alteração de controle societário, conformidade às licenças e autorizações necessárias, conta garantia, fiança bancária e limitação à venda significativa de ativos. Ressalta-se que não houve identificação de evento de descumprimento de covenants no exercício findo em 31 de dezembro de 2024 que gere uma antecipação no vencimento da dívida.

Os empréstimos, financiamentos e debêntures são reconhecidos inicialmente pelos valores justos, que, nesses casos, representam os valores da transação, e posteriormente são atualizados pelos encargos contratuais (juros, atualizações monetárias e variações cambiais) e pelos pagamentos realizados.

Prática contábil

Os empréstimos, financiamentos e debêntures são reconhecidos inicialmente pelos valores justos, que, nesses casos, representam os valores da transação, e posteriormente são atualizados pelos encargos contratuais (juros, atualizações monetárias e variações cambiais) e pelos pagamentos realizados.

NOTA 14 - USO DO BEM PÚBLICO - UBP

Tabela 32 – UBP

	2025	2026	2027	2028	2029	2030	2031	2032 a 2036	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2023	190.193								
Atualização monetária	8.484								
Ajuste a valor presente	4.210								
Pagamentos	(11.719)								
Saldos em 31 de dezembro de 2024	191.168								
Circulante	14.917								
Não circulante	176.251								
Saldos em 31 de dezembro de 2022	186.784								
Atualização monetária	9.938								
Ajuste a valor presente	4.662								
Pagamentos	(11.191)								
Saldos em 31 de dezembro de 2023	190.193								
Circulante	15.084								
Não circulante	175.109								

Em 07 de setembro de 2014, a "CHTP" celebrou o contrato de concessão de uso do bem público, com o intuito de regular a exploração do potencial de energia hidráulica localizado no Rio Teles Pires.

A "CHTP" recolherá ao Poder Concedente pelo Uso do Bem Público, objeto do Contrato de Concessão, parcelas mensais equivalentes a (1/12) um doze avos de pagamento anual de R\$ 5.515 que atualizado pelo IPCA totalizou no exercício de 2024 o montante de R\$ 11.719(R\$ 11.191 em 2023).

O início do pagamento dar-se-á a partir da entrada em operação comercial da primeira unidade geradora, atestada pela ANEEL, ou a partir do início da entrega da energia objeto de CCEAR, até o 35º ano da Concessão. Os pagamentos iniciaram no mês de setembro de 2015, referente ao mês de maio de 2015.

O valor do pagamento pelo Uso do Bem Público será atualizado anualmente pela variação do Índice de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA a partir do mês anterior à data do Leilão.

Buscando refletir adequadamente a outorga onerosa da concessão e a respectiva obrigação perante o Poder Concedente, os valores das concessões foram registrados no ativo intangível em contrapartida ao passivo.

Considerando que os valores contratuais estão a preços futuros, a Companhia procedeu ao seu ajuste a valor presente com base em taxa de desconto de referência na data da assunção da obrigação. A taxa de desconto utilizada foi de 8,47% a.a.

NOTA 15 - PROVISÕES PARA LITÍGIOS E PASSIVOS CONTINGENTES

A Companhia é partes envolvidas em diversas ações em andamento no âmbito do judiciário, principalmente nas esferas trabalhista, cível e ambiental, que se encontram em vários estágios de julgamento.

15.1 Provisões para litígios

A Companhia constitui provisões em montante suficiente para cobrir as perdas consideradas prováveis e para as quais uma estimativa confiável possa ser realizada nos seguintes valores:

Tabela 33 - Provisões para litígios

	CONSOLIDADO 2024	2023
Processos cíveis	122.566	119.481
Processos trabalhistas	4.788	4.312
	127.354	123.793

As provisões tiveram, nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023, a seguinte movimentação:

Tabela 34 - Mutação das provisões para litígios

	2024	2023
Saldo em 31 de dezembro de 2023	123.793	
Atualização monetária	3.561	
Saldo em 31 de dezembro de 2024	127.354	

15.2 Cíveis

Em 31 de dezembro de 2024, a CHTP possui ações judiciais cíveis com a estimativa provável de perdas de R\$ 122.566 (R\$ 119.481, em 31 de dezembro de 2023).

Destacam-se processos cíveis da Companhia que possuem como escopo, essencialmente, pleitos indenizatórios ambientais e fundiários, principalmente no que tange à desapropriação de áreas de interesse da Companhia.

15.3 Trabalhista

Em 31 de dezembro de 2024, a CHTP possui ações judiciais trabalhistas com a estimativa provável de perdas de R\$ 4.788 (R\$ 4.312, em 31 de dezembro de 2023).

Referem-se a ações movidas por ex-empregados e terceirizados, envolvendo o pleito de verbas trabalhistas, bem como de indenização por acidente de trabalho.

15.4 Passivos Contingentes

Adicionalmente, a Companhia possui processos avaliados com perda possível nos seguintes montantes:

Tabela 35 - Processos com perda possível

	2024	2023
Processos cíveis	230.178	223.605
Processos trabalhistas	1.496	1.158
Processos tributários	97.347	61.228
	329.021	285.991

15.4.1 Cíveis

A Companhia é envolvida em processos legais, com natureza de ação cível pública, no que tange a parte ambiental do empreendimento.

O processo nº 0000559-29.2013.8.11.0095 cujo risco está avaliado em R\$ 188.000, trata de uma ação judicial envolvendo o Município de Alta Floresta e a CHTP, a parte ré. A demanda gira em torno do cumprimento de obrigações ambientais assumidas pela Companhia em decorrência de compromissos contratuais e regulatórios e dos impactos com a implantação do empreendimento, em 2011. Como parte do processo, foi determinada a contratação de uma consultoria independente para avaliar as condições ambientais e orientar as providências necessárias para a regularização da situação.

Rejeição do Recurso da Ré, a Companhia interpôs embargos de declaração alegando necessidade de nova análise da decisão, mas o magistrado entendeu que o recurso não era o meio adequado para reexame do mérito da sentença, motivo pelo qual foi rejeitado.

Da Justificativa de Risco, atribui-se ao pedido o risco possível, considerando que, da análise da matéria deduzida nos autos em conjunto com as provas carreadas ao processo há fundamento jurídico a sustentar um desembolso financeiro em desfavor da Companhia. Valor lançado nos termos do montante envolvido nos autos. Classificação de risco realizada conforme Procedimento de Orientações Gerais Sobre "Contingências" Judiciais e Administrativas.

15.4.2 Tributários

A Companhia é parte envolvida em processos legais, com a natureza de ação tributária, tais quais autos de infração emitidos pela Secretaria do Estado da Fazenda - SEFAZ do estado do Mato Grosso no que tange recolhimento de ICMS.

Prática contábil

Os riscos de desembolso futuros com litígios são reconhecidos no balanço patrimonial, na rubrica Provisões para Litígios, quando há obrigações presentes (legais ou presumidas) resultantes de eventos passados, cuja liquidação seja provável e que seja possível estimarem os valores de forma confiável, com base na avaliação da Administração. Os valores são registrados com base nas estimativas dos custos dos desfechos dos referidos processos judiciais.

Os riscos de desembolso futuros com litígios (contingentes), cuja liquidação seja possível, são apenas divulgados em notas explicativas, sem compor o passivo da Companhia.

Os depósitos judiciais, reconhecidos no ativo da Companhia, são mensurados inicialmente pelo valor depositado e subsequentemente atualizados monetariamente por índices determinados pelos tribunais de justiça, que variam em função da natureza da ação judicial. A redução do saldo ocorre quando há levantamentos de depósitos, seja pela empresa ou pela contraparte.

Estimativas e julgamentos críticos

A avaliação de riscos de desembolso é suportada pelo julgamento da Administração, juntamente com seus assessores jurídicos, considerando as jurisprudências, as decisões em instâncias iniciais e superiores, o histórico de eventuais acordos e decisões, a experiência da administração e dos assessores jurídicos, bem como outros aspectos aplicáveis.

NOTA 16 - PATRIMÔNIO LÍQUIDO

O capital social da Companhia, em 31 de dezembro de 2024, é de R\$ 2.486.901 e suas ações não têm valor nominal.

O capital social está distribuído, por principais acionistas e pelas espécies de ações, conforme a seguir:

Tabela 36 - Capital social

	2024		2023	
	QUANTIDADE	%	QUANTIDADE	%
ACIONISTA				
Teles Pires Participações S.A	2.464.519	99,10	2.464.519	99,10
Centrais Elétricas do Brasil S.A.	22.382	0,90	22.382	0,90
	2.486.901	100	2.486.901	100

NOTA 17 - RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA

Tabela 37 - Receita operacional líquida

	2024	REAPRESENTADO 2023
Suprimento	1.039.776	1.045.874
Suprimento CCEE	30.362	21.227
Outros	3.565	36
	1.073.703	1.067.137
(-) Deduções à Receita Operacional		
(-) PIS e COFINS	(98.266)	(97.686)
(-) Encargos setoriais	(65.573)	(53.624)
(-) ICMS	(11.369)	(11.077)
	(175.208)	(162.387)
Receita operacional líquida	898.495	904.750

Prática contábil

As receitas são reconhecidas à medida que a Companhia satisfaz suas obrigações estabelecidas nos contratos com os clientes, sendo mensuradas com base nos valores das contraprestações que espera receber em troca do desempenho das atividades de geração.

A receita de

★ — continuação



Prática contábil

Reconhecimento e mensuração:

Os ativos e passivos financeiros são inicialmente reconhecidos pelo valor justo e, posteriormente, mensurados ao custo amortizado ou pelo valor justo, seguindo as regras do CPC 48/IFRS 9.

Os custos da transação diretamente atribuíveis à aquisição ou emissão de ativos e passivos financeiros são acrescidos ou deduzidos do valor justo dos ativos ou passivos financeiros, se aplicável, após o reconhecimento inicial.

• **Ativos financeiros**

Os ativos financeiros da Companhia são reconhecidos inicialmente pelos valores justos e, posteriormente, mensurados na sua totalidade ao custo amortizado ou ao valor justo, dependendo da classificação dos ativos financeiros.

Avaliação do modelo de negócio:

A Companhia realiza uma avaliação do objetivo do modelo de negócios em que um ativo financeiro é mantido em carteira porque isso reflete melhor a maneira pela qual o negócio é gerido e as informações são fornecidas à Administração.

Avaliação sobre os fluxos de caixa contratuais:

Para fins de avaliação se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamento de principal e de juros, o principal é definido como o valor justo do ativo financeiro no reconhecimento inicial. Os juros são definidos como uma contraprestação pelo valor do dinheiro no tempo e pelo risco de crédito associado ao valor principal em aberto durante um determinado período de tempo e pelos outros riscos e custos básicos de empréstimos.

A Companhia considera os termos contratuais do instrumento para avaliar se os fluxos de caixa contratuais são compostos somente de pagamentos de principal e juros. Isso inclui a avaliação sobre se o ativo financeiro contém termo contratual que poderá mudar o momento ou o valor dos fluxos de caixa contratuais de forma que ele não atenderia essa condição.

• **Passivos financeiros**

Os passivos financeiros, que incluem os empréstimos e financiamentos, fornecedores e outras contas a pagar, são mensurados inicialmente pelo valor justo e posteriormente pelo custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. As despesas de juros, ganhos e perdas cambiais são reconhecidas no resultado.

O método de juros efetivos é utilizado para calcular o custo amortizado de um passivo financeiro e alocar sua despesa de juros pelo respectivo período. A taxa de juros efetiva é a taxa que desconta exatamente os fluxos de caixa futuros estimados (inclusive honorários e prêmios pagos ou recebidos que constituem parte integrante da taxa de juros efetiva, custos da transação e outros prêmios ou descontos) ao longo da vida estimada do passivo financeiro ou, quando apropriado, por um período menor, para o reconhecimento inicial do valor contábil líquido.

A Companhia baixa passivos financeiros somente quando as obrigações da Companhia são extintas e canceladas ou quando expiram.

NOTA 21 - TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

Abaixo encontram-se resumidas as transações comerciais e respectivos saldos com partes relacionadas da Companhia.

21.1 Transações com partes relacionadas

Abaixo se encontram resumidas as transações comerciais e respectivos saldos com partes relacionadas da:

Tabela 43 - Transações comerciais - Patrimonial

	<u>2024</u>
	<u>Empresas Eletrobras</u>
Patrimonial	
Ativos	
Clientes	8.329
Total Ativo	<u>8.329</u>

Tabela 44 - Transações comerciais - Resultado

	<u>2024</u>
	<u>Empresas Eletrobras</u>
Resultado	
Encargos de uso da rede elétrica	(97.958)
Outros custos e despesas	(12.321)
Encargos de dívidas	(120)
	<u>(110.399)</u>

A seguir, identificam-se as principais transações realizadas com partes relacionadas:

Contratos de compra e venda de energia elétrica - a Companhia possui contratos de compra e venda de energia elétrica com partes relacionadas nos termos de CCVE - contratos de compra e venda de energia elétrica, CCEAR - contratos de compra e venda de energia no ambiente regulado, CUST - contratos de uso do sistema de transmissão.

A Companhia mantém contrato com a controladora Eletrobras para compartilhamento de recursos humanos, pelo prazo inicial de 60 meses e encontrasse vigente.

A Administração da Companhia é formada pela Diretoria Técnica e Diretoria Administrativa-Financeira, Coordenação e Meio Ambiente. Os Diretores assinaram Declaração de Renúncia de Remuneração pelo desempenho de suas atividades, portanto a Companhia não incorre em gastos relativos com a remuneração do pessoal-chave.

DIRETORIA

Antonio Augusto Bechara Pardauil
Diretor Técnico

Hugo Leonardo da Silva
Diretor Administrativo Financeiro, Coordenação e Meio Ambiente

Alexandre Lira da Rocha
Contador CRC-DF 18622/O-0

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Administradores e Acionistas

Companhia Hidrelétrica Teles Pires S.A.

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Companhia Hidrelétrica Teles Pires S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2024 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia em 31 de dezembro de 2024, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outros assuntos

Valores correspondentes ao exercício anterior

O exame das demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2023, preparadas originalmente antes dos ajustes descritos na Nota 2.5, foi conduzido sob a responsabilidade de outros auditores independentes, que emitiram relatório de auditoria, com data de 9 de fevereiro de 2024, sem ressalvas.

Como parte de nosso exame das demonstrações financeiras de 2024, examinamos também os ajustes descritos na Nota 2.5 que foram efetuados para alterar as demonstrações financeiras de 2023, apresentadas para fins de comparação. Em nossa opinião, tais ajustes são apropriados e foram corretamente efetuados. Não fomos contratados para auditar, revisar ou aplicar quaisquer outros procedimentos sobre as demonstrações financeiras da Companhia referentes ao exercício de 2023 e, portanto, não expressamos opinião ou qualquer forma de assecuração sobre as demonstrações financeiras de 2023 tomadas em conjunto.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se essas demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

Rio de Janeiro, 29 de abril de 2025

PricewaterhouseCoopers
Auditores Independentes Ltda.
CRC 2SP000160/F-5
Patricio Marques Roche
Contador CRC 1RJ081115/O-4

